

O TRABALHO RACIALIZADO: novos debates

*Elísio Estanque**
*Fabício Maciel***
*Ruy Braga****

INTRODUÇÃO

Esta proposta de dossiê busca contribuir para um debate que pensamos ser decisivo na atualidade e que se articula com a discussão, sobretudo de influência marxista, entre as relações de trabalho no atual contexto de crise da globalização neoliberal e os novos debates em torno do racismo estrutural e do pós-colonialismo. Pretendemos, com isso, propor estudos inseridos em diferentes contextos sociais, mas com maior ênfase na realidade brasileira. Na sequência de várias colaborações e intercâmbios anteriores, os organizadores estão empenhados em contribuir para o aprofundamento de reflexões sociológicas em que a questão laboral

se cruze com as desigualdades raciais, ou seja, destacando as referências de uma teoria crítica anticapitalista em diálogo com o problema da dominação colonial de raiz eurocêntrica. Dessa forma, desafiamos os autores deste dossiê a um questionamento ontológico e epistemológico entre sujeito e objeto, entre a modernidade e o conhecimento subalterno, porém, sempre contextualizado na escala local. Por outro lado, serão privilegiadas abordagens de sentido interseccional, fundadas na conexão entre raça, classe e gênero. O objetivo é compreender o modo como se desenrolam hoje as bifurcações que incidem na esfera laboral em suas diferentes formas, justapondo a dominação de classe e o poder racializado sob essas novas linhas de demarcação das fronteiras existente entre a exploração econômica e a expropriação política das classes sociais subalternas.

A questão laboral tem sofrido profundas transformações nas últimas décadas. Ao mesmo tempo em que persiste como eixo central do crescimento econômico e da acumulação capitalista, as relações sociais de produção perderam centralidade – para boa parte da teoria social – na definição das divisões clas-

* Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professor Visitante da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Estrada de São Lázaro, 197, Federação. Cep: 40210-730. Salvador – Bahia – Brasil.
elisio.estanque@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6992-3397>

** Universidade Federal Fluminense (UFF). *Campus* Campos. Av. XV de Novembro, s/n. Pq. Conselheiro Tomaz Coelho. Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro – Brasil.
macielfabricio@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4553-6223>

*** Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Rua do Lago, 717, Butantã. Cep: 05508-080. São Paulo – São Paulo – Brasil.
ruy.braga@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8512-4306>

sistas e, sobretudo, da conflitualidade na era da crise da globalização neoliberal. A “classe” como principal sujeito da mudança sociopolítica cedeu espaço diante da força crescente das “políticas identitárias”. Nesse sentido, as questões do pós-colonialismo, da violência política e policial, da racialização dos grupos sociais subalternos, do protagonismo dos movimentos feministas, bem como das lutas de pessoas LGBTQIAPN+,¹ têm colocado em pauta novos questionamentos, seja dialogando com a classe, seja situando-se à margem da crítica sistêmica de inspiração marxista. Por outro lado, as temáticas ligadas ao mundo do trabalho e da “crítica social” também se deslocaram para uma dimensão mais culturalista e estética – no sentido da “crítica estética” definida por Boltanski & Chiapello. Com efeito, a classe e as “relações sociais de produção” perderam centralidade explicativa e força política, enquanto a globalização neoliberal evidenciou um poder crescente do capital e uma cedência generalizada das classes trabalhadoras e do movimento sindical internacional. Mais recentemente, a intersecção entre lutas sociais baseadas no gênero e na raça inspirou novas correntes teóricas com crescente impacto nos debates acadêmicos e na sociedade.

É certo que a questão racial não é um tema novo na sociologia – Samir Amin, Wallerstein, Loic Wacquant, entre muitos outros, já tematizaram o problema. No contexto brasileiro, o mito da “democracia racial” inerente à ideologia do luso-tropicalismo criado por Gilberto Freyre foi, desde cedo, objeto de questionamentos, nomeadamente sob influência de Florestan Fernandes – seguido por Octavio Ianni, entre outros. Mas até mesmo em Portugal esse estereótipo fez escola desde os tempos do salazarismo em pleno período colonial – e isto apesar da proliferação de piadas racistas após o fim dessa guerra –, embora os casos e os debates pós-coloniais mais recentes

tenham mostrado que o racismo estrutural permanece muito presente na vida social de ambas sociedades.

No Brasil, o discurso populista-nacionalista, na primeira metade do século XX, e a narrativa da primazia da classe que vigorou a partir do início da década de 1960 (Guimarães, 2002), sob influência da aproximação cultural entre o Brasil e a África e do crescimento do movimento negro, abrindo caminho, por exemplo, em estados como a Bahia, a uma maior expressividade da “cultura afro-brasileira”, ajudou a confrontar a ideologia luso-tropicalista. A ideia de uma possível diluição do problema racial diante do aparente aumento dos antagonismos de classe ganhou expressão, acompanhando o discurso anti-fascista (de meados do século passado) em que figuras como Bastide (1944), inspirado em Jorge Amado, pareciam olhar o curso da história brasileira como uma evolução da matriz identitária negra, fundada no espiritualismo de influência africana, para uma confluência entre a “negritude” e o proletariado branco. Aos olhos de Jorge Amado, seguido por Bastide, o sindicalismo parecia ganhar influência junto da população, perante o aumento da luta de classes e a expectável “união dos proletários”. Porém, tornou-se evidente que, ao lado de um alegado “adeus ao proletariado”, segundo a concepção de A. Gorz (1980), a classe trabalhadora fordista brasileira foi, entre os anos 1990 e 2010, “desmanchada”, isto é, fragmentada e enfraquecida sindicalmente, transformando-se em um grupo social que desafia a análise sociológica contemporânea a desenvolver novos olhares e perspectivas analíticas.

Na verdade, no Brasil e no mundo, as profundas transformações ocorridas nas últimas décadas alteraram radicalmente o mundo laboral, marcado cada vez mais por infinitas divisões e vulnerabilidades, perante um mercantilismo agressivo, inventando cadeias de valor com base na multiplicação de capitais, nos títulos, nas ações das bolsas de valores e na especulação financeira. O capital a gerar capital tornou-se mais aliciante e auspicioso

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e mais.

do que os projetos de investimento produtivo, enquanto a inovação no campo da informática e do digital ajudavam a suprimir milhões de empregos, substituídos pelos novos equipamentos digitais, automatismos e plataformas geridas por algoritmos e *Big Data*. Daí a proliferação de novas desigualdades sociais, novas subclasses, a criação de fraturas abissais e formas de dominação, entre incluídos e excluídos, ricos e pobres, homens e mulheres, o Norte e o Sul Global, brancos e negros etc.

Em suma, as atuais divisões e desigualdades do mundo não substituem as antigas, antes se juntam a elas acrescentando novas assimetrias e aumentando a complexidade, a instabilidade e a aceleração da modernidade tardia em que vivemos (Rosa, 2022). Para além das velhas clivagens entre centro e periferia do sistema mundial, as oposições entre o Norte e o chamado Sul Global resultam de uma crescente conscientização da natureza complexa e do obscurecimento de formas profundas de desigualdade e preconceito que as ideologias dominantes esconderam durante séculos.

A dominação colonial e o pós-colonialismo impuseram todo um conjunto de narrativas que ajudaram a “naturalizar”, esconder e calar as vítimas maiores de um sistema iníquo e desumano em muitas das suas vertentes. A dominação eurocêntrica encontrou legitimação tanto na ação de controle como na própria imposição de uma linguagem que ajudou a naturalizar a subalternidade do colonizado (Mignolo, 2020; Quijano, 2005; Robinson, 2023). Assim, o patriarcado ancestral conjugou-se com os regimes escravagistas para impor de forma brutal uma opressão e um domínio que transportaram, e transportam, ao longo dos séculos, variadas formas de violência e silenciamento, de que as divisões de raça e gênero são exemplos, criando ao mesmo tempo um “véu” de obscurecimento e negação da condição negra (Du Bois, 2021 [1903]). Esse cancelamento do ser, essa inferiorização dos corpos negros de homens e mulheres – num movimento de disseminação ideológica que inculcou em

suas mentes a naturalização da superioridade de uma raça sobre outra – levou as vítimas da branquitude colonial a sonhar tornarem-se brancos, como nos mostrou Frantz Fanon (2008 [1952]), através da fala dos seus pacientes. Mas a colonização das subjetividades dos grupos sociais formados por negros jamais os impediu de elaborarem teórica e politicamente suas experiências subalternas, ressignificando-as após o fim oficial do colonialismo nas Américas e no Sul Global. Perante a emergência dos debates mais recentes, importa questionar os velhos cânones e divisões teóricas rígidas dentro das ciências sociais no Ocidente, em linha com as propostas de Michael Burawoy (2022), entre outros. Há que se buscar inspiração nessas novas linguagens, mas sem abandonar o legado teórico dos antigos clássicos, ou seja, recentrar o diálogo entre autores, pôr as visões críticas do Norte a conversar com porta-vozes dos setores oprimidos do Hemisfério Sul, recuperando nas epistemologias do Sul o contraponto para a hegemonia eurocêntrica (Santos, 2017).

Como bem sabemos, as desigualdades e a violência de base racial foram historicamente incorporadas na própria lógica capitalista, em especial em países de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil. O poder capitalista que opera em escala global, como argumentou Klaus Dörre (2022), impulsiona regimes de expropriação dos subalternos cujos efeitos políticos dificultam agudamente as práticas de resistência das classes trabalhadoras. As velhas lutas do operariado industrial recuaram e foram substituídas por um sindicalismo de base corporativa nos setores ainda estáveis do mercado de trabalho. Paralelamente, o neoliberalismo foi ampliando as fileiras do precariado, especialmente, seus setores racializados, perante a multiplicação e o desdobramento de novos e mais frágeis vínculos laborais, com as subcontratações, o tráfico ilegal de mão de obra, formas flexíveis de trabalho temporário, hoje em dia vinculadas à expansão do campo digital, dos “*platform workers*”, da *uberização* etc. O trabalho barato e, por vezes, escravizado

– ainda que em muitos casos com qualificações escolares avançadas, como ocorre na Europa, mas também cada vez mais na América Latina – parece, no entanto, ser aceito sem resposta pelos trabalhadores e grupos sociais segregados e esquecidos pelo sistema. A nova “classe-que-vive-do-trabalho”, da qual fala Ricardo Antunes (2018), é alheia a quaisquer mecanismos de proteção ou sequer a alguma condição humanamente digna (Huws *et al.*, 2017; Maciel, 2021); mas ainda assim parece impotente para voltar a agir enquanto ator coletivo (como nos tempos estudados por Karl Marx e Friedrich Engels), chame-se ele proletariado ou “precariado” (Braga, 2012; Standing, 2013).

Porventura, esses segmentos precários e dispersos, se se deixarem influenciar por outros movimentos e grupos identitários – de tipo racial, étnicos, ambientais, de gênero ou orientação sexual –, hoje em dia em muitos contextos mais vibrantes do que os sindicatos, poderão vir a instigar futuras vagas de rebelião de tipo “Polanyiano”, “Marxiano” ou, como propôs recentemente Ruy Braga, “Thompsonian” (Braga, 2020; Thompson, 1988), mas não é seguro que isso aconteça. E se acontecer, poderão abrir as portas não do socialismo, mas talvez do retorno ao autoritarismo nacionalista e populista (Estanque, 2015). Na verdade, essas camadas sociais são constituídas por uma miríade quase ilimitada de condições precárias e indignas, como formas subcontratuais, informalidades, vítimas de tráfico de mão de obra, trabalho doméstico, nomadismo digital etc., sem esquecer, ainda, o microempreendedor individual, ele próprio tantas vezes vivendo no limite da subsistência e da dignidade, o homem do quiosque que trabalha intensamente com a sua família para poder sustentar o seu pequeno negócio.

Considerando esse quadro de reflexão e debate sociológico, definimos nossa proposta de dossiê. Apresentamos aqui, ao público, seis artigos de especialistas com perfis diversos que, no seu conjunto, cobrirão uma variedade de abordagens em torno dessa temática e com

isso, esperamos, contribuirão decisivamente para uma atualização do referido debate.

O artigo que abre o dossiê, intitulado “Análise de classe e resistência negra em ‘Black Jacobins’ e ‘Rebeliões da Senzala’”, de Jörg Nowak, aborda as obras de C.L.R. James, que analisa a Revolução Haitiana, e Clovis Moura, que analisa as revoltas e os movimentos políticos das populações escravizadas no Brasil. O artigo revela como ambos os autores pensaram as estratégias e alianças que os trabalhadores escravizados empregam e como suas análises diferem de acordo com as constelações específicas de seus respectivos países. As análises de James e Moura, assim, permitem traçar diferentes formas de como a classe e a raça são articuladas como elementos estruturais do capitalismo, e como isso ocorre em nível nacional e internacional.

No segundo artigo, de Ruy Braga, intitulado “Desafiando o ‘ódio branco’: racismo e antirracismo numa comunidade operária dos Estados Unidos”, o autor procura criticar a narrativa do “ódio branco”, enquanto base da ofensiva da extrema-direita atual, a partir de uma etnografia operária construída numa comunidade onde vivem trabalhadores que votaram majoritariamente em Donald Trump. Para tanto, destaca as relações entre processos de precarização do trabalho, a adesão de trabalhadores a projetos nacionalistas e autoritários, e o suposto racismo dos trabalhadores, a fim de interpretar as transformações no comportamento político dos trabalhadores em contextos marcados por uma aguda crise socio-reprodutiva.

O terceiro artigo, intitulado “Precariedade e racialidade: experiências de trabalho no Brasil e em Portugal”, assinado por Elísio Estanque, Agnaldo de Sousa Barbosa, Maria Lucia Vannuchi e Alexandre M. Mendes, apresenta um breve retrato que ilustra alguns dos contornos de vidas precárias estruturadas através do trabalho. Com isso, os autores buscam trazer elementos de luta e de subjetividades acomodadas aos modos de vida e formas de adaptação que o capitalismo promove e repro-

duz. Os três casos em análise – Franca-SP; S. João da Madeira, Portugal; e o setor das trabalhadoras domésticas, em Salvador-BA – ilustram realidades diversas, mas que espelham formas de aceitação e precariedade estruturadas por modalidades de dominação e opressão vinculadas ao mesmo sistema econômico.

Na sequência, o artigo “Capitalismo indigno, autoritarismo e racismo: uma análise sobre a elite empresarial brasileira”, de Fabrício Maciel, procura mostrar como este novo tipo de capitalismo se estrutura, em escala global, a partir da década de 1970. Para tanto, recorre a obra de autores como Claus Offe, André Gorz, Ulrich Beck e Robert Castel. Passando por autores do pensamento brasileiro, como Joaquim Nabuco, Florestan Fernandes e Jessé Souza, o artigo mostra como o capitalismo sempre foi indigno, em grande medida, no caso brasileiro. Por fim, uma pesquisa empírica realizada com executivos no estado do Rio de Janeiro aponta como essa elite empresarial reproduz, em sua visão de mundo autoritária e racista, diversos aspectos desse tipo de capitalismo, que tende a naturalizar o desvalor da vida humana como um todo, e especialmente no que diz respeito às classes populares.

O artigo “Racismo e ação sindical entre os bancários”, de autoria de Jair Silva e Renato Resende, discute, a seguir, a percepção das dirigentes sindicais negras sobre a problemática racial no sindicalismo bancário, além da presença de negros no sistema financeiro brasileiro. Para tanto, baseia-se em questionário aplicado em participantes do VII Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro. O contingente mais significativo de respondentes foi o das dirigentes sindicais negras. É sobre a percepção dessas dirigentes sobre a presença de negros no sistema, a ação sindical bancária sobre o preconceito, discriminação e desigualdade racial que o artigo se debruça, apontando como a luta antirracista está presente no sindicalismo bancário, evidenciando uma situação contraditória permeada de persistências e avanços.

Por fim, o artigo intitulado “O uso do tempo de trabalho nos recortes de sexo e raça”, de Marilane Oliveira Teixeira, Paula Freitas, José Dari Krein e Sullivan Pereira, procura analisar os impactos da tendência contemporânea de despadrão da jornada e de fragmentação do trabalho das pessoas ocupadas, a partir de um recorte de sexo e raça. Foram considerados os dados acerca da quantidade de horas de trabalho produtivo por marcadores sociais antes e depois da reforma, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua, assim como outras estatísticas disponíveis de uso do tempo. A hipótese é que as pessoas negras e as mulheres estão em ocupações mais precárias e sofrem os efeitos da divisão racial e sexual do trabalho, especialmente na subocupação por insuficiência de horas e segmentação das ocupações, pelos rendimentos rebaixados, e pelo acúmulo com mais horas para as atividades de cuidados e/ou afazeres domésticos, bem como no trabalho informal.

Recebido para avaliação em 10 de abril de 2024
Aceito para publicação em 16 de agosto de 2024

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BASTIDE, R. Itinerário da democracia (I, II e III). *Diário de São Paulo*, São Paulo, ago. 1944.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, R. A ‘Thompsonian’ pattern of labour unrest? Social Movements and Rebellions in the Global South. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-17, 2020.
- BURAWOY, M. Walking on two Legs. Black Marxism and the Sociological canon. *Critical Sociology*, [s. l.], v. 48, n. 4/5, p. 571-586, 2022.
- DÖRRE, K. *Teorema da Expropriação Capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DU BOIS, W. E. B. *As Almas do Povo Negro*. 1ª edição [1903]. São Paulo: Veneta, 2021.
- ESTANQUE, E. *Classe Média e Lutas Sociais*. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.
- FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. 1ª edição [1952]. Salvador: Edufba, 2008.
- GORZ, A. *Adieux au Proletariat: Au de-là du Socialisme*. Paris: Galilé, 1980.

- GUIMARÃES, A. S. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HUWS, U. *Labour in Contemporary Capitalism: What Next?* London: Palgrave MacMillan, 2019.
- MACIEL, F. *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?* 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- MIGNOLO, W. *Histórias Locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- ROBINSON, C. J. *Marxismo Negro: a Criação da Tradição Radical Negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- ROSA, H. *Alienação e Aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- SANTOS, B. S. *A New Vision of Europe: Learning from the South*. London: Routledge, 2017.
- STANDING, G. *O Precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 3 v.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Elísio Estanque – Conceitualização, investigação, metodologia, administração do projeto, supervisão, escrita – esboço original, escrita – revisão e edição.

Fabrizio Maciel – Conceitualização, investigação, metodologia, administração do projeto, supervisão, escrita – esboço original, escrita – revisão e edição.

Ruy Braga – Conceitualização, investigação, metodologia, administração do projeto, supervisão, escrita – esboço original, escrita – revisão e edição.

Elísio Estanque – Doutor em Sociologia, professor jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal), e pesquisador membro do Centro de Estudos Sociais da mesma instituição, em que foi co-coordenador do programa de doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades e Sindicalismo. Foi professor visitante em universidades europeias (Univ. Science Po, Bourdeux, França, e Friedrich-Schiller University, Jena, Alemanha) e brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Franca, e atualmente na Universidade Federal da Bahia (UFBA), junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). É especialista nos temas das relações de trabalho, classes e lutas sociais. Principal publicação: ESTANQUE, E. *Ressonâncias e sociologia pública*. Porto: VidaEconómica, 2023.

Fabrizio Maciel – Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Campos. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Jovem Cientista do Nosso Estado, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Professor visitante na Universidade de Jena, Alemanha, 2022. Editor regional da revista *Global Dialogue*, da International Sociological Association (ISA), responsável pela edição em português. Principais publicações recentes: ESTANQUE, E.; BARBOSA, A. S.; MACIEL, F. (org.). *Re-trabalhando as classes no diálogo Norte-Sul: trabalho e desigualdade no capitalismo pós-covid*. São Paulo: EdUNESP, 2024.; MACIEL, F. (org.). *A ficção meritocrática: executivos brasileiros e o novo capitalismo*. Campos dos Goytacazes: Editora da UENF, 2022. *E-book*.; MACIEL, F. *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

Ruy Braga – Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) onde coordena o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP). Suas mais recentes publicações são: *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global* (2017) e *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial* (2023), ambos pela editora Boitempo.